

Ccent. 04/2025
CSN Steel / GramPerfil

Decisão de Não Oposição
da Autoridade da Concorrência

[alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio]

12/02/2025

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

**DECISÃO DE NÃO OPOSIÇÃO
DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA**

Processo Ccent. 04/2025 – CSN Steel / GramPerfil

1. OPERAÇÃO NOTIFICADA

1. Em 15 de janeiro de 2025, foi notificada à Autoridade da Concorrência (“AdC”), nos termos dos artigos 37.º e 44.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (“Lei da Concorrência”), a operação de concentração que consiste na aquisição, pela CSN Steel S.L.U. (“**CSN Steel**”), do controlo exclusivo da GramPerfil S.A. (“**GramPerfil**”).
2. As atividades das empresas envolvidas são as seguintes:
 - **CSN Steel** – empresa com sede em Espanha detida pelo Grupo Companhia Siderúrgica Nacional (Grupo CSN), ativo nos setores de siderurgia, mineração, cimentos, logística e energia. A CSN Steel está ativa nos setores de fabricação e comercialização de aço e derivados, quer através de atividade própria, quer através das suas subsidiárias. Em Portugal, o Grupo CSN está presente no segmento da siderurgia através das empresas Lusosider – Aços Planos S.A., Lusosider, Projectos Siderúrgicos, S.A. e Lusosider Ibérica, S.A..

Nos termos e para os efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, o Grupo CSN realizou, em 2023, cerca de € [**>100**] milhões em Portugal.
 - **GramPerfil** – empresa ativa na produção, comercialização e transformação de perfis metálicos e acessórios, bem como na importação e exportação de perfis e acessórios para construção metálica e civil e residualmente na produção e comercialização de energia elétrica.

Nos termos e para os efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, a GramPerfil realizou, em 2023, cerca de € [**>5**] milhões em Portugal.
3. A operação notificada configura uma concentração de empresas na aceção da alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei da Concorrência, conjugada com a alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, e está sujeita à obrigatoriedade de notificação prévia por preencher a condição enunciada na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do mesmo diploma.

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

2. MERCADOS RELEVANTES AVALIAÇÃO JUSCONCORRENCIAL

2.1. Mercados Relevantes

4. Em Portugal, a Adquirida dedica-se à produção, comercialização e transformação de perfis metálicos em aço para suporte de placas de gesso cartonado e tetos falsos e respetivos acessórios, assim como à importação e exportação de perfis e acessórios para construção metálica e civil¹. De acordo com, quer a prática decisória da AdC², quer a prática decisória da Comissão Europeia³, esta atividade enquadra-se no mercado relevante da produção e venda de perfis metálicos em Portugal.
5. Em Portugal, a Adquirente dedica-se à siderurgia. Em particular, dedica-se à produção e venda de chapa galvanizada, que é usada na produção de perfis metálicos. Aliás, a Adquirente é fornecedora da Adquirida.
6. Em suma, a AdC considera que, para a avaliação desta operação de concentração, o mercado relevante é o mercado da produção e venda de perfis metálicos em Portugal, e o mercado relacionado é o mercado da produção e venda de chapa galvanizada em Portugal.

2.2. Avaliação jus-concorrencial

7. De acordo com Notificante, em 2023, a quota em valor da Adquirida no mercado relevante foi de [10,20] %.
8. De acordo com Notificante, em 2023, o grupo da Adquirente teve uma quota em valor no mercado relacionado de [10-20] %. Adicionalmente, nos últimos três anos, forneceu cerca de [10-20] % das aquisições de chapa galvanizada da Adquirida. Estas vendas são cerca de [0-10] % da capacidade instalada do grupo da Adquirente.
9. Tendo em conta a dimensão relativa das empresas intervenientes, assim como das suas transações, é implausível que esta operação de concentração aumente significativamente a capacidade de as intervenientes exercerem poder de mercado ou excluam rivais⁴.

¹ Também produz eletricidade para consumo próprio, vendendo o excedente — uma parte insignificante do seu volume de vendas — a terceiros.

² Ver, e.g., as decisões nos processos: Ccent. 24/2022 – SG / Fibroplac*Falper, de 25.06.2022; Ccent. 33/2016 – Grupo Megasa / AM Zaragoza, de 01.09.2016; Ccent. 23/2006 – CSN Steel Corporation / Lusosider, de 30.06.2006; e Ccent/41/2003 – Saint Gobain / Gabelex, de 06.11.2003.

³ Ver, e.g., a decisão no processo COMP/M. 3943 – SAINT-GOBAIN / BPB, de 09.11.2005.

⁴ Nesse sentido vejam-se as Orientações para a apreciação das concentrações não horizontais nos termos do Regulamento do Conselho relativo ao controlo das concentrações de empresas (2008/C 265/07), onde se estabelece que é pouco provável que a Comissão considere que uma concentração não horizontal suscite preocupações jusconcorrenciais se a quota de mercado da nova entidade após a concentração, em cada um Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

10. Nestas condições, é implausível que esta operação de concentração seja suscetível de criar entraves significativos à concorrência nos mercados relevante e relacionado.

3. CLÁUSULAS RESTRITIVAS ACESSÓRIAS

11. Nos termos do n.º 5 do artigo 41.º da Lei da Concorrência, a decisão que autoriza uma operação de concentração abrange igualmente as restrições diretamente relacionadas com a sua realização e à mesma necessárias.
12. As referidas cláusulas devem ser analisadas à luz da prática decisória da AdC e da Comunicação da Comissão relativa às restrições diretamente relacionadas e necessárias às concentrações (“Comunicação”)⁵.
13. O SPA celebrado entre a CSN Steel e a GramPerfil estabelece obrigações de não concorrência⁶, de não angariação⁷ e de confidencialidade⁸.
14. Analisadas as cláusulas, entende a Autoridade que a obrigação de não concorrência se encontra coberta pela presente decisão no que respeita a atividades ou entidades concorrentes da GramPerfil à data da celebração do Contrato em território nacional, por efeito da aplicação do disposto no artigo 2.º, n.º 2, da Lei da Concorrência, pelo período temporal estabelecido.
15. Mais se considera que a aquisição ou a manutenção de ações unicamente para fins de investimento financeiro e que não confirmam, direta ou indiretamente, funções de gestão ou uma influência efetiva na empresa concorrente não são consideradas indispensáveis para garantir a transferência integral do valor da Adquirida, não estando, por conseguinte, abrangidas pela presente decisão⁹.
16. Em relação à obrigação de não solicitação, entende a Autoridade que a obrigação se encontra coberta pela presente decisão, pelo período temporal previsto e apenas em relação aos trabalhadores e/ou colaboradores da empresa-alvo que, à data da celebração do Contrato, tenham vínculos contratuais e sejam essenciais, nomeadamente pelo seu saber-fazer, para a preservação do valor integral da empresa.

dos mercados em causa, for inferior a 30% e o índice HHI após a concentração for inferior a 2 000, o que é o caso.

⁵ Publicada no JOUE C 56, de 05.03.2005, pp. 24 e ss. A Comunicação espelha a prática decisória da Comissão e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de restrições acessórias da concorrência no âmbito do controlo de concentrações.

⁶ [Confidencial – âmbito subjetivo, material, temporal e geográfico da obrigação de não concorrência].

⁷ [Confidencial – âmbito subjetivo, material, temporal e geográfico da obrigação de não solicitação].

⁸ [Confidencial – âmbito subjetivo, material e temporal da obrigação de confidencialidade].

⁹ Comunicação, § 25.

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

17. Em relação à obrigação de confidencialidade, tendo presente a prática decisória da AdC¹⁰, bem como as orientações constantes da Comunicação da Comissão, uma obrigação de confidencialidade apenas será analisada como restrição acessória diretamente relacionada e necessária à realização de uma operação, na medida em que tenha um efeito comparável a uma obrigação de não concorrência.¹¹
18. Tal sucede, em concreto, quando a restrição de confidencialidade reporta a informação comercial estratégica (informação sobre clientes, preços, quantidades) e/ou a tecnologia ou know-how técnico.
19. Tendo presente o teor da cláusula identificada, entende a Autoridade que todas as matérias que não reportem a informação comercial estratégica e/ou a tecnologia e/ou know-how técnico relacionados com a atividade da empresa a adquirir, não estão abrangidas pela presente decisão.

4. AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS

20. Nos termos do n.º 3 do artigo 54.º da Lei da Concorrência, foi dispensada a audiência prévia dos autores da notificação, dada a ausência de terceiros interessados e o sentido da decisão, que é de não oposição.

5. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

21. Face ao exposto, o Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, delibera adotar uma decisão de não oposição à operação de concentração, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei da Concorrência, uma vez que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência,

¹⁰ Cf. Processo Ccent. 09/2023 – Luís Vicente*Jerónimo Martins / Empresa Comum.

¹¹ Comunicação, §41.

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

X

Nuno Cunha Rodrigues
Presidente

X

Miguel Moura e Silva
Vogal

X

Ana Sofia Rodrigues
Vogal

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

Índice

1. OPERAÇÃO NOTIFICADA	2
2. MERCADOS RELEVANTES AVALIAÇÃO JUSCONCORRENCIAL	3
2.1. Mercados Relevantes	3
2.2. Avaliação jus-concorrencial	3
3. CLÁUSULAS RESTRITIVAS ACESSÓRIAS	4
4. AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS	5
5. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO	5

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.